

Governistas podem aprovar lei salarial

245
Andrei Meireles

As lideranças governistas no Senado Federal estão dispostas a aprovar o projeto de lei salarial elaborado na Câmara dos Deputados sem qualquer modificação, transferindo o ônus político do veto ao presidente Fernando Collor.

O senador Marco Maciel, líder do PFL, informou, ontem, que seu partido ainda aposta numa negociação entre as diversas forças políticas, inclusive o Palácio do Planalto, em torno de um projeto salarial de consenso, mas, se isto não se viabilizar, votará a favor da proposta aprovada por unanimidade na Câmara. Esta também seria a posição do senador José Ignácio Ferreira, líder do Governo, e do senador Jarbas Passarinho, do PDS. A expectativa no Congresso é de que já na segunda-feira, numa sessão extraordinária do Senado, a política salarial seja aprovada por voto simbólico das lideranças. O úni-

co obstáculo são alguns senadores como Afonso Sancho, do PRN do Ceará, que não estão aceitando o acordo e ameaçam pedir verificação de presença na sessão do Senado, que dificilmente terá quórum.

São necessários quatro senadores para pedir a verificação de presença na sessão, mas, segundo as avaliações feitas, ontem, no Congresso, os insatisfeitos dispostos a inviabilizar um acordo em torno da política salarial somavam apenas três senadores.

Os líderes governistas estudavam alternativas para evitar o desgaste do presidente Fernando Collor com o veto, já anunciado por ele, se o Congresso aprovar a política salarial, reindexando os salários ao Índice de Preços ao Consumidor. Uma das opções seria trazer a Brasília a maioria governamental para assegurar a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, recolocando o Congresso em recesso sem antes ter votado a polí-

tica salarial, que seria obstruída no Senado. O deputado Ricardo Fiúza, líder do PFL na Câmara, numa velada crítica ao deputado Renan Calheiros, disse que se fosse o líder do Governo já teria trazido "o rolo compressor há muito tempo".

Essa alternativa, porém, está praticamente descartada. Em plena campanha eleitoral, os parlamentares governistas não estão topando assumir o ônus de um comportamento impopular que pode ser prejudicial nas urnas. A avaliação dominante entre os próprios parlamentares governistas é de que a política salarial já estará aprovada quando o Congresso Nacional se reunir na terça-feira, às 14 horas, para votar a LDO. Deputados e senadores já estão inclusive marcando passagens para retornar a seus estados na quarta-feira, quando esperam que finalmente o Congresso Nacional entre em recesso.